

# Relatório Anual de Informações

---

# 2011



# Apresentação

Caro(a) Participante

Eis nosso momento de prestação de contas das atividades desenvolvidas pela Fundação Banestes em 2011. Para nós é muito mais uma satisfação, que o cumprimento de uma questão legal de informar aos nossos públicos. Ter o que mostrar ao final de um ano inteiro de trabalho, é ter a sensação de dever cumprido.

Atravessamos turbulências econômicas, construímos caminhos alternativos, criamos novas formas de seguir em frente e chegamos aqui.

O Relatório Anual de Informações, exigido pela Resolução CGPC Nº 23, de 06.12.2006, é também uma oportunidade da Fundação Banestes mostrar os resultados da gestão, bem como agradecer a confiança dos Participantes Ativos, Assistidos e Patrocinadores.

O RAI é uma oportunidade dos atores se aproximarem ainda mais do nosso Fundo de Pensão.

Pelo segundo ano consecutivo, a Previc – órgão fiscalizador dos fundos de pensão, aprovou o Programa Previdenciário da BANESES e, por essa razão, ficamos liberados de enviar este material impresso aos nossos participantes e assistidos. Mas isso, não tira a nossa responsabilidade de facilitar o acesso às informações que compõem o Relatório Anual da Fundação Banestes. Por isso, este material fica disponível no site da BANESES durante todo o ano, pronto para ser consultado. O participante é comunicado através do jornal da Instituição e via e-mail e, caso precise ou queira receber o RAI impresso, basta fazer a solicitação.

Boa leitura a todos!



# Mensagem da Diretoria Executiva

2011 não foi apenas mais um ano que passou. Foi o ano em que adquirimos novos conhecimentos vivenciando situações de grandes desafios. Os dois maiores, sem dúvida, foram a continuidade de um cenário econômico mundial desfavorável e a queda na taxa de juros no Brasil. Mas como adversidade traz criatividade, fomos pró-ativos na busca de alternativas. O resultado, nós mostramos aqui.

Entre as diversas atividades desenvolvidas buscando sempre a modernização da gestão da entidade e mantendo o equilíbrio atuarial do Plano de Aposentadoria, ressaltamos: diversificação de aplicações de recursos em investimentos de longo prazo; aprimoramento do processo de investimentos em fundos de investimentos em ações; revisão da Política de Investimentos para 2012 / 2016 com a utilização de ALM – *Asset Liability Management* Estocástico, ferramenta de gestão atuarial e financeira que projeta a maximização dos resultados de retorno dos investimentos; e modernização do Sistema de Cadastro e Benefícios da BANESES.

Ao final do exercício de 2011 o Plano de Aposentadoria da BANESES apresentou um resultado de Superávit Técnico Acumulado de aproximadamente R\$ 16 milhões de reais, utilizando ainda a taxa de juros da Meta Atuarial de 6% ao ano. O resultado foi importante para a BANESES, mas considerando a redução da taxa de juros real, que ocorreu ao final de 2011 e está projetada para ter continuidade no país, a BANESES terá que buscar alternativas de custeio dos participantes e patrocinadores para manter o equilíbrio do Plano de Aposentadoria.

E, como nossa meta é não só cuidar de números mas, principalmente de vidas, precisamos ressaltar o Programa de Educação Previdenciária INVISTA EM SEU FUTURO. O programa tem a capacidade fantástica de reunir, congrega e disseminar conhecimento. Em 2011, falamos diretamente a 659 participantes e assistidos em 29 palestras realizadas, o que equivale a 16% de nossos participantes, sem falar nas outras ações, principalmente utilizando as ferramentas da internet. O fato é que conseguimos a adesão de 112 novos participantes e 197 pessoas aumentaram seu percentual de contribuição. É a consciência previdenciária ganhando espaço na vida das pessoas.

Para 2012, esperanças de novas realizações e a certeza de que somente com trabalho sério e competência alcançaremos uma gestão ajustada aos novos tempos dos fundos de pensão.

## 1 - Quadro Social

COMPOSIÇÃO DOS PARTICIPANTES		
DESCRIÇÃO	2011	2010
Participantes Ativos	2030	2028
Participantes Autopatrocinados	163	133
Participantes Vinculados	2	4
Pensionistas	226	214
Aposentados pela BANESES	1685	1682
Aposentados pelo Banestes	2	3

### Resultados do Programa Previdencial

COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS PREVIDENCIAIS				
Descrição/Ano	Valores R\$ mil		Quantidade	
	2011	2010	2011	2010
Ap.Tempo de Serviço	46.885	45.461	666	671
Ap.Antecipada	24.222	23.378	810	804
Ap.Idade	48	46	9	9
Ap.Invalidez	3.210	3.084	200	199
Ap.Especial	43	41	2	2
Pensão Por Morte	6.571	6.218	226	214
Benefício Prestação Única	2.634	2.442	13	22
Pecúlio Por Morte	1.003	595	12	9
Institutos	739	998	21	58

(Valores em R\$ mil)

COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS PREVIDENCIAIS			
Descrição/Ano	2011	2010	%
Contribuição de Ativos	8.349	7.251	15,14
Contribuição de Assistidos	8.929	8.604	3,78
Contribuição de Patrocinadora	6.607	6.052	9,17
Contribuição de Autopatrocinados	315	343	(8,04)
Outros Recursos Correntes	27.854	39.989	(30,35)
<b>Total</b>	<b>52.054</b>	<b>62.239</b>	<b>(16,36)</b>

(Valores em R\$ mil)

PROVISÕES MATEMÁTICAS			
Descrição/Ano	2011	2010	%
EXIGIVEL ATUÁRIAL	1.142.717	1.109.325	3,01
Provisões Matemáticas	1.142.717	1.109.325	3,01
Benefício Concedidos	820.972	818.636	0,29
Benefícios a Conceder	321.744	290.689	10,68

## 2 - Demonstrativo de Investimentos

O ano de 2011 foi marcado por turbulências nos mercados financeiros, originadas, principalmente, pela crise na Zona do Euro, pelo baixo crescimento e pelas dificuldades de implantação dos cortes de gastos.

Ainda no campo internacional, nos Estados Unidos os dados econômicos melhores que o esperado trouxeram certo otimismo. No intuito de melhorar e aquecer o ambiente econômico, o FED (Banco Central dos EUA) manteve a taxa de juros nominal próximo a 0%. Entretanto, os riscos vindos da Zona do Euro dominaram o cenário global.

No Brasil, com o objetivo do governo de manter a inflação dentro da meta, o primeiro semestre do ano foi marcado por altas taxas de juros, atingindo seu máximo de 12,5% em julho. No entanto, no segundo semestre de 2011, com a tendência de queda da inflação, o governo, na tentativa de acelerar o crescimento do PIB, facilitando o acesso ao crédito, reduziu as taxas de juros, atingindo um patamar de 11% em dezembro. A inflação terminou o ano acima da meta.

A BANESES, por sua vez, manteve-se seletiva em seus investimentos, buscando aqueles com maiores retornos em

Renda Fixa, com o intuito de atingir sua meta atuarial, optando por aplicações em fundos de investimentos em crédito privado e de índices de preços. Também, com esse mesmo objetivo, foram adquiridos DPGs indexados a índices de preços, com taxas de juros próximas a 8% a.a.

Na renda variável, como nossos investimentos possuem a estratégia de longo prazo, mantivemos os recursos aplicados e desenvolvendo estudos visando estabelecer movimentações com base em dados técnicos, reduzindo o nível de subjetividade nas decisões, por meio de ferramentas utilizadas pelo mercado.

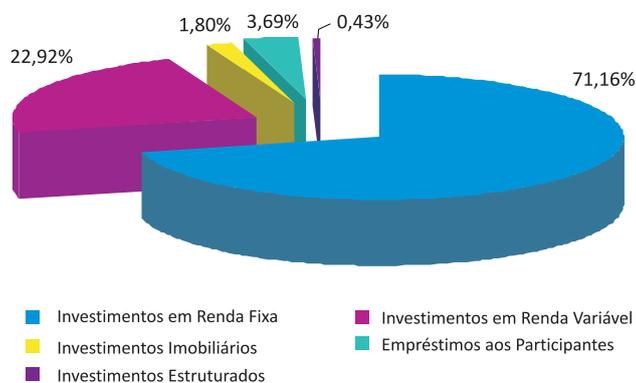
No que tange a compromissos futuros, efetuamos investimentos em fundos estruturados: dois fundos de participações com prazo de duração em média de 10 anos e um fundo imobiliário, buscando rentabilidade alvo IPCA + juros de 9% a 10% a.a.

A rentabilidade anual do patrimônio da BANESES atingiu 10,63%, enquanto a meta atuarial (IGP-DI + 6% a.a.) ficou em 11,92%, impactada pelo resultado do IGP-DI durante o ano (5,01%). No quadro a seguir, apresentamos a distribuição dos investimentos.

## RESUMO DOS INVESTIMENTOS

DISCRIMINAÇÃO	POSIÇÃO CONTÁBIL		EVOLUÇÃO %
	DEZ/11	DEZ/10	
<b>PROGRAMA DE INVESTIMENTOS</b>	<b>942.164.071,32</b>	<b>882.909.390,21</b>	<b>6,71%</b>
<b>Investimentos em Renda Fixa</b>	<b>670.433.260,60</b>	<b>631.114.965,64</b>	<b>6,23%</b>
DPGE	98.689.925,71	54.738.767,45	
Debêntures	52.935.360,87	50.814.592,37	
LFT	77.800.179,38	120.991.744,59	
NTN - C	169.887.459,12	196.477.838,64	
NTN - B	158.702.179,39	159.346.985,64	
Fundos de Investimentos	112.418.156,13	48.745.036,95	
<b>Investimentos em Renda Variável</b>	<b>215.964.969,93</b>	<b>199.762.027,11</b>	<b>8,11%</b>
Ações Banestes	30.657.285,00	27.008.360,00	
Ações GTD	604.409,00	626.610,00	
Provisão GTD (-)	(333.068,38)	(384.624,46)	
Ações Brasil Telecom	22.097,28	24.372,00	
EDP ON	13.459.321,50	12.554.465,91	
Bradesco PN	1.945.952,25	2.075.192,27	
Petrobras PN	6.943.784,33	8.817.862,93	
Vale PNA	8.887.700,00	11.397.500,00	
Fundo de Ações	153.353.525,34	137.287.192,15	
Dividendos à Receber	423.963,61	355.096,31	
<b>Investimentos Estruturados</b>	<b>4.035.685,47</b>	<b>1.484.247,43</b>	<b>171,90%</b>
Fundos de Participações	4.035.685,47	1.484.247,43	
<b>Investimentos Imobiliários</b>	<b>17.004.489,89</b>	<b>12.343.578,28</b>	<b>37,76%</b>
<b>Empréstimos aos Participantes</b>	<b>34.725.665,43</b>	<b>38.204.571,75</b>	<b>-9,11%</b>

### Resumo gráfico dos Investimentos



### ALM - Asset Liability Management

Nos últimos anos a BANESES tem usado como base para elaboração da Política de Investimentos o estudo de ALM. O Asset Liability Management é o instrumento que permite a definição da política de investimentos, com base na análise das características econômicas e atuariais do Plano de Aposentadoria da BANESES.

O ALM tem sido utilizado como uma ferramenta de gestão atuarial e financeira, indicando a alocação-objetivo que maximizaria os resultados da BANESES observando as preferências de retorno e risco adequadas à nossa entidade.

O último ALM realizado pela BANESES ocorreu em 2009. Em 2010, a BANESES entendeu que não seria necessário um novo estudo, pois as premissas atuariais e o cenário econômico não haviam apresentado grandes transformações.

Assim, para a revisão da Política de Investimentos 2012, realizamos, junto com a Mercer Consultoria, ao final de 2011, um novo estudo de ALM, tendo em vista as transformações ocorridas no cenário econômico e atuarial. O resultado do ALM apresentou a alocação objetivo dos investimentos para os próximos 5 anos, desde que não haja significativas alterações nas premissas atuariais, populacionais e cenários econômicos no período.

A partir do estudo de ALM por metodologia estocástica, em conjunto com o modelo de casamento de fluxo de caixa, foi definida a alocação ótima dos investimentos em consonância com as necessidades do plano.

Informações completas sobre o estudo de ALM utilizado podem ser observadas no Anexo IV, da Política de Investimento, disponível no site da BANESES.

## FUNDOS DE INVESTIMENTOS

FUNDO	CNPJ	Saldo Contábil	% do PL do fundo	% dos R.G.R.T
<b>Renda Fixa</b>		<b>93.485.127,08</b>		<b>9,92%</b>
BANESTES INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA	05.357.507/0001-10	R\$ 5.936.047,89	3,45%	0,63%
BRADESCO IMA-B FI RENDA FIXA	08.702.798/0001-25	R\$ 3.846.742,44	0,23%	0,41%
BTG PACTUAL CAPITAL MARKETS FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	04.501.865/0001-92	R\$ 16.478.942,47	0,85%	1,75%
BTG PACTUAL FI RENDA FIXA IPCA	07.539.298/0001-51	R\$ 7.793.555,58	3,28%	0,83%
BTG PACTUAL IMA B FI RENDA FIXA	09.814.233/0001-00	R\$ 3.325.476,26	0,55%	0,35%
ICATU VANGUARDA IPC GOLD FI RENDA FIXA	10.756.541/0001-06	R\$ 4.655.978,66	4,20%	0,49%
ICATU VANGUARDA REAL FI RENDA FIXA	06.024.347/0001-50	R\$ 3.152.114,32	4,02%	0,33%
MERCATTO TOP FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	04.621.721/0001-70	R\$ 5.418.748,93	1,21%	0,58%
SUL AMÉRICA EXCELLENCE FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	04.899.128/0001-90	R\$ 19.094.857,17	1,80%	2,03%
SUL AMÉRICA INFLATIE FI RENDA FIXA LONGO PRAZO	09.326.708/0001-01	R\$ 3.516.487,07	0,71%	0,37%
VOTORANTIM INFLATION FIC RENDA FIXA	09.344.799/0001-08	R\$ 3.494.861,87	0,60%	0,37%
VOTORANTIM INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	06.866.051/0001-87	R\$ 16.771.314,40	2,39%	1,78%
<b>Multimercado</b>		<b>18.933.029,05</b>		<b>2,01%</b>
CLARITAS INSTITUCIONAL FI MULTIMERCADO	10.705.335/0001-69	R\$ 5.930.528,27	1,64%	0,63%
IB INSTITUTIONAL ACTIVE FIX FI MULTIMERCADO	04.764.174/0001-81	R\$ 13.002.500,78	1,06%	1,38%
<b>Ações</b>		<b>153.353.525,34</b>		<b>16,28%</b>
BBM SMID CAPS FIC AÇÕES	08.892.340/0001-86	R\$ 5.138.097,37	6,48%	0,55%
BNY MELLON ARX FI AÇÕES	04.515.848/0001-04	R\$ 15.656.846,99	3,27%	1,66%
BNY MELLON ARX INCOME FI AÇÕES	03.168.062/0001-03	R\$ 14.038.307,68	2,82%	1,49%
BRADESCO INFRA-ESTRUTURA FI AÇÕES	08.258.441/0001-08	R\$ 13.604.063,41	7,58%	1,44%
BRADESCO SMALL CAP PLUS FI AÇÕES	06.988.623/0001-09	R\$ 20.670.039,19	8,21%	2,19%
BRZ VALOR FIC AÇÕES	07.124.064/0001-43	R\$ 19.852.945,25	8,02%	2,11%
BTG PACTUAL DIVIDENDOS FI AÇÕES	09.290.813/0001-38	R\$ 13.489.799,07	3,77%	1,43%
GAP AÇÕES FI AÇÕES	08.912.569/0001-35	R\$ 21.144.480,26	5,76%	2,24%
GUEPARDO AÇÕES INSTITUCIONAL FI AÇÕES	08.830.947/0001-31	R\$ 11.734.101,51	5,34%	1,25%
J. MALUCELLI SMALL CAPS FI AÇÕES	09.550.197/0001-07	R\$ 2.174.173,97	7,94%	0,23%
MARLIM DIVIDENDOS FI AÇÕES	09.599.346/0001-22	R\$ 13.873.890,36	6,94%	1,47%
OPUS AÇÕES FI AÇÕES	08.278.912/0001-31	R\$ 1.976.780,28	2,16%	0,21%
<b>Participações</b>		<b>4.035.685,47</b>		<b>0,43%</b>
RIO BRAVO ENERGIA I - FIP	12.188.161/0001-30	R\$ 4.035.685,47	3,33%	0,43%
<b>Total</b>		<b>269.807.366,92</b>		<b>28,64%</b>

### Crítérios utilizados para seleção de Fundos de Investimentos

A análise de investimentos envolve decisões de aplicação de recursos a longo prazo, com o objetivo de propiciar o melhor retorno dos investimentos. Atualmente, o mercado brasileiro possui milhares de fundos de investimentos que podem ser enquadrados em categorias distintas.

A BANESES, com o auxílio do sistema Quantum, define critérios no processo de seleção de fundos. Exemplo: para a seleção de Fundos de Investimentos em Ações (FIA), conforme estabelecido em Ata pelo Conselho Deliberativo, envolve duas etapas: Seleção dos Fundos Elegíveis e Otimização dos FIA's.

No processo de seleção de fundos elegíveis avaliamos todos aqueles fundos nos quais a BANESES poderá aplicar seus recursos, considerando as restrições legais e processos internos de investimentos. Ela envolve uma avaliação ampla dos FIA's disponíveis no mercado que se enquadram à Resolução CVM nº 3.792, contemplando o patrimônio líquido do fundo, número de cotistas, período de gestão, rentabilidade, etc.

Na segunda etapa utilizamos o processo de otimização de carteira, que se baseia na teoria de seleção de carteira

de Markowitz, para identificar aquela composição que maximize o retorno e minimize o risco da carteira. Assim, identificada a composição ideal da carteira, realocamos as posições para aquela apontada pelo modelo.

Finalizadas essas etapas, o gerente e/ou diretor de investimentos realiza visitas técnicas nas gestoras dos fundos elegíveis, com o intuito de conhecer pessoalmente a estrutura e como é elaborada a gestão dos fundos, se atende aos requisitos necessários à uma boa gestão, respeitando a segregação de funções (*Chinese Wall*).

### Relatório de Atividades

Cumprindo os limites estabelecidos na Legislação e na Política de Investimentos, os nossos investimentos apresentaram no fim do exercício de 2011 a composição abaixo:

#### Acompanhe o Resumo Explicativo para cada Investimento:

##### Renda Fixa

As aplicações em ativos de Renda Fixa atingiram, no final do exercício de 2011, o saldo de R\$ 670 milhões, apresentando assim um aumento de 6,23% em relação ao

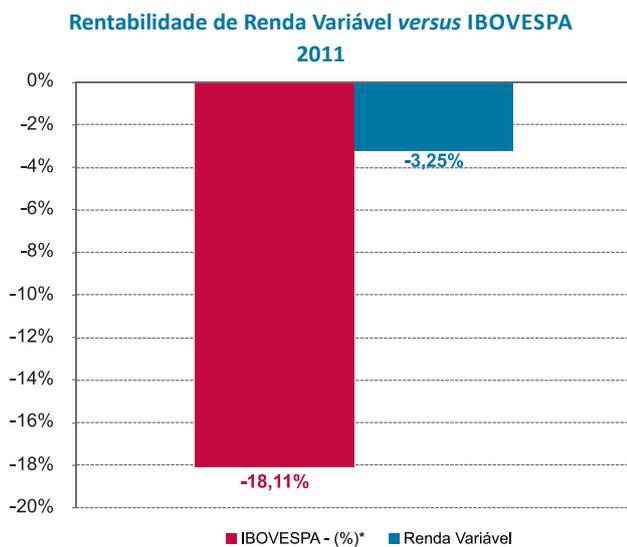
saldo apurado no encerramento de 2010. A rentabilidade anual das aplicações em Renda Fixa, medida pela TIR, foi de 13,96%, representando 120% do CDI apurado no ano, e 117% da Meta Atuarial do período.

Tendo em vista os vencimentos de títulos públicos, ocorridos durante 2011, os recursos foram alocados em fundos de investimentos de renda fixa crédito privado e de índices de preços. As aplicações em fundos de Renda Fixa atingiram, no final do exercício de 2011, o saldo de R\$ 112 milhões, apresentando um aumento em relação ao saldo apurado no encerramento de 2010 que era de R\$ 48 milhões.

### Renda Variável

Os recursos aplicados em renda variável totalizaram R\$ 215 milhões em dezembro de 2011. No ano, a rentabilidade apurada nesta carteira atingiu -3,25%, enquanto que o IBOVESPA apresentou uma variação negativa de 18,11%.

A BANESES permanece utilizando o rebalanceamento periódico dos Fundos de Ações, com a otimização de carteira via “fronteira eficiente”, além de estratégias, a partir de estudos realizados, de investimentos e desinvestimentos.



### Investimentos Estruturados

No início de 2011, a carteira de investimentos estruturados da BANESES era composta, exclusivamente, pelo fundo Rio Bravo Energia I FIP. O fundo tem como objetivo proporcionar ganhos de capital aos seus cotistas, a longo prazo, investindo no setor de energia elétrica no Brasil, foco em energia renovável. Todo o projeto de investimento foi definido para 3 anos, entretanto, em pouco tempo já foi aprovada, em parceria com a Orteng, a construção de 3 Pequenas Centrais Hidrelétricas licenciadas e a conclusão do desenvolvimento de uma carteira de outros 8 projetos de PCHs. O prazo é de 12 anos ao todo, 3 anos de investimentos e 9 anos de desinvestimento.

A BANESES iniciou o investimento em novembro de 2010 e encontra-se ainda em processo de investimentos o que explica a rentabilidade negativa apresentada em 2011

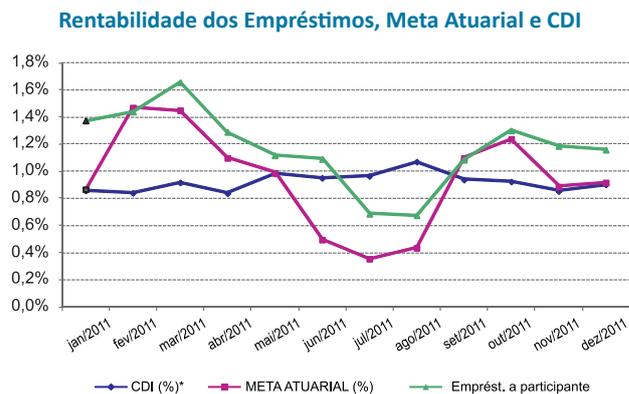
de 2,1%. Conforme características dos fundos de participações as suas cotas apresentam rentabilidades negativas ao longo do seu processo inicial de investimento, somente no processo de maturação dos investimentos poderão ser auferidas rentabilidade positiva.

### Imóveis

O saldo dos investimentos em imóveis totalizou R\$ 17.004.489,89, representando 1,80% dos investimentos da BANESES. Considerando o processo de reavaliação dos imóveis em 2011, observamos um crescimento de 35% em relação a posição do ano anterior, o que explica a rentabilidade de 56,38% auferida ao longo de 2011.

### Empréstimo a Participantes

O saldo apresentado ao final do ano de 2011 de empréstimos a participantes foi de R\$ 34.725.665,43, composto por 2.191 contratos ativos equivalente a 3,69% dos investimentos da BANESES. A rentabilidade apresentada pelo segmento de empréstimos foi de 15,01%, equivalente a 128,96% do CDI e 125,99% da Meta Atuarial.



### Contrato para Cobertura do passivo Atuarial

O contrato para cobertura do passivo atuarial, firmado com o Governo do Estado no ano de 1998, por ocasião do processo de saneamento do Banestes S/A, cuja remuneração é IGP-DI + 6,00% a.a. (equivalente à Meta Atuarial), apresentou ao final do exercício de 2011 um saldo de R\$ 235.663.362,44.

### Considerações Finais

Nos últimos anos, com a economia brasileira apresentando tendência de queda nas taxas de juros e a desvalorização na bolsa, vem trazendo aos Fundos de Pensões uma dificuldade no cumprimento das metas atuarias - rentabilidade mínima necessária para garantir o pagamento futuro dos participantes.

Diante deste cenário, atingimos uma boa performance nos investimentos em renda fixa, principalmente aos papéis indexados aos índices de inflação, durante o exercício de 2011. Entretanto, o resultado dos investimentos da BANESES apresentou uma rentabilidade de 10,63%, enquanto a nossa meta de IGP-DI + 6% a.a. foi de 11,92% no mesmo período.

Estamos cientes das dificuldades de rentabilizar nossos investimentos para garantir que os nossos participantes recebam seus benefícios prometidos, corrigidos pela inflação, sem comprometer o equilíbrio da carteira. Desta forma, estamos procurando cada vez mais diversificar nossa carteira de investimentos, visando a diluição do risco, o aumento da

rentabilidade de forma inteligente e uma maior flexibilidade de adequação ao momento econômico.

Considerando as características do passivo da BANESES e as informações citadas acima, manteremos o planejamento dos investimentos com uma visão de longo prazo.

### 3 - Programa de Investimentos

#### Demonstrativo Analítico de Investimentos

Discriminação	Posição Contábil / Participação (%)			
	dez/11	(%)	dez/10	(%)
Total dos Investimentos	942.164.071,32	100,00%	882.909.390,21	100,00%
Investimentos em Renda Fixa	670.433.260,60	71,16%	631.114.965,64	71,48%
Investimentos em Renda Variável	215.964.969,93	22,92%	199.762.027,11	22,63%
Investimentos Estruturados	4.035.685,47	0,43%	1.484.247,43	0,17%
Investimentos Imobiliários	17.004.489,89	1,80%	12.343.578,28	1,40%
Empréstimos aos Participantes	34.725.665,43	3,69%	38.204.571,75	4,33%

#### Demonstrativo de Índices - 2011

Índices	Jan 2011	Fev 2011	Mar 2011	Abr 2011	Mai 2011	Jun 2011	Jul 2011	Ago 2011	Set 2011	Out 2011	Nov 2011	Dez 2011	Acumulado		
													1º Sem.	2º Sem.	No Ano
IBOVESPA - (%) *	-3,94%	1,22%	1,79%	-3,58%	-2,29%	-3,43%	-5,74%	-3,96%	-7,38%	11,49%	-2,51%	-0,21%	-9,96%	-9,05%	-18,11%
CDI ( % ) *	0,86%	0,84%	0,92%	0,84%	0,99%	0,95%	0,97%	1,07%	0,94%	0,93%	0,86%	0,90%	5,52%	5,80%	11,64%
META ATUARIAL (%)	0,87%	1,47%	1,45%	1,10%	0,99%	0,50%	0,36%	0,44%	1,10%	1,24%	0,89%	0,92%	6,55%	5,04%	11,92%

Fonte: Quantum Axis.

#### Demonstrativo da Rentabilidade da BANESES - 2011

(Medida pela TIR)

Segmento	Jan 2011	Fev 2011	Mar 2011	Abr 2011	Mai 2011	Jun 2011	Jul 2011	Ago 2011	Set 2011	Out 2011	Nov 2011	Dez 2011	Acumulado			
													No ano			
	Taxa	Relação com o CDI	C/relação à Meta Atuarial	Relação com o Ibovespa												
Renda Fixa	1,24%	1,37%	1,27%	1,12%	1,19%	0,76%	0,76%	1,20%	1,15%	1,11%	1,09%	0,90%	13,96%	119,93%	117,17%	-
Renda Variável	-3,12%	0,33%	3,88%	-0,05%	-0,79%	-1,56%	-4,30%	-1,24%	-4,75%	5,87%	-0,96%	3,99%	-3,25%	-	-27,31%	17,97%
Investimentos Estruturados	0,28%	0,41%	0,18%	0,29%	0,25%	-0,44%	-0,96%	-1,28%	-0,29%	-0,15%	-0,33%	-0,06%	-2,10%	-18,01%	-17,60%	11,58%
Imóveis	0,97%	0,97%	0,94%	0,98%	0,97%	0,97%	0,98%	0,99%	0,98%	41,29%	0,72%	0,72%	56,39%	484,40%	473,24%	-
Emprést. a participante	1,38%	1,44%	1,66%	1,29%	1,12%	1,09%	0,69%	0,68%	1,09%	1,30%	1,19%	1,16%	15,01%	128,96%	125,99%	-
Rentabilidade do Patrimônio	0,46%	1,22%	1,76%	0,95%	0,68%	0,26%	-0,30%	0,56%	0,06%	2,38%	0,67%	1,48%	10,63%	91,31%	89,21%	-

#### Comparativo com o Ano Anterior

Eventos	2011	2010
IBOVESPA - (%)	(18,11)	1,04
CDI ( % )	11,64	9,75
META ATUARIAL ( % )	11,92	17,41
Renda Fixa (%)	13,96	15,36
Renda Variável (%)	(3,25)	7,39
Investimentos Estruturados (%)	(2,10)	(1,27)
Imóveis (%)	56,39	11,25
Emprést. a participante (%)	15,01	19,67
Rentabilidade do Patrimônio (%)	10,63	14,56

**LIMITES OPERACIONAIS - BASE: Resolução CMN nº 3.792 de 24.09.2009.**

(posição com base no fechamento de dezembro de 2011)

<b>- PATRIMÔNIO DA BANESES</b>	
ATIVO TOTAL - SALDO DA ctª 1000.00.00.0 .....	1.186.244.477,63
(-) Exigível operacional - SALDO DA ctª 2100.00.00.0 .....	(2.192.031,52)
(-) Exigível contingencial - SALDO DA ctª 2200.00.00.0 .....	(6.013.642,59)
<b>- PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....</b>	<b>1.178.038.803,52</b>
<b>- TOTAL DE INVESTIMENTOS.....</b>	<b>942.497.139,70</b>
(-) Constituição de provisão para ações GTD - SALDO DA ctª 1233.02.01.04 .....	(333.068,38)
(+ / -) Disponível / Valores a Receber / Pagar .....	55.445,52
<b>- RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS (RGRT) .....</b>	<b>942.219.516,84</b>

SEGMENTOS	ENQUADRAMENTO	LIMITE (% dos RGRT)	ALOCÇÃO	(%) RGRT	(%) PL
<b>RENDA FIXA</b>	<b>OK</b>	<b>100,0%</b>	<b>670.295.820,02</b>	<b>71,14%</b>	<b>56,90%</b>
<b>Títulos Federais</b>	<b>OK</b>	<b>100,0%</b>	<b>417.138.950,45</b>	<b>44,27%</b>	<b>35,41%</b>
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	OK	100,0%	77.800.179,38	8,26%	6,60%
NTN - Notas do Tesouro Nacional	OK	100,0%	328.589.638,51	34,87%	27,89%
Títulos Públicos - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	100,0%	10.749.132,56	1,14%	0,91%
<b>Ativos de Renda Fixa</b>	<b>OK</b>	<b>80,0%</b>	<b>159.671.742,49</b>	<b>16,95%</b>	<b>13,55%</b>
Debêntures - Carteira Própria	OK	80,0%	52.935.360,87	5,62%	4,49%
Debêntures - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	80,0%	1.107.251,84	0,12%	0,09%
CDB	OK	20,0%	0,00	0,00%	0,00%
CDB, CCB - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	20,0%	1.336.128,42	0,14%	0,11%
DPGE - Depósito à Prazo com Garantia Especial	OK	20,0%	98.689.925,71	10,47%	8,38%
Outras Operações de Renda Fixa			5.603.075,65	0,59%	0,48%
<b>Fundos de Investimentos Financeiros</b>	<b>OK</b>	<b>100,0%</b>	<b>93.485.127,08</b>	<b>9,92%</b>	<b>7,94%</b>
FI Renda Fixa	OK	100,0%	35.721.264,09	3,79%	3,03%
FI Crédito Privado	OK	20,0%	57.763.862,99	6,13%	4,90%
<b>ESTRUTURADO</b>	<b>OK</b>	<b>20,0%</b>	<b>4.035.685,47</b>	<b>0,43%</b>	<b>0,34%</b>
Fundos de Investimentos em Participações	OK	10,0%	4.035.685,47	0,43%	0,34%
Rio Bravo Energia I FIP	OK	10,0%	4.035.685,47	0,43%	0,34%
<b>RENDA VARIÁVEL</b>	<b>OK</b>	<b>70,0%</b>	<b>216.435.478,89</b>	<b>22,97%</b>	<b>18,37%</b>
Ações GTD	OK	10,0%	604.409,00	0,06%	0,05%
ON	OK	10,0%	464.913,00	0,05%	0,04%
PN	OK	10,0%	139.496,00	0,01%	0,01%
Ações BANESTES	OK	10,0%	30.657.285,00	3,25%	2,60%
ON	OK	10,0%	18.999.575,00	2,02%	1,61%
PN	OK	10,0%	11.657.710,00	1,24%	0,99%
Brasil Telecom ON	OK	10,0%	22.097,28	0,00%	0,00%
EDP ON	OK	10,0%	13.459.321,50	1,43%	1,14%
BRADESCO PN	OK	10,0%	1.945.952,25	0,21%	0,17%
PETROBRAS PN	OK	10,0%	6.943.784,33	0,74%	0,59%
VALE PNA	OK	10,0%	8.887.700,00	0,94%	0,75%
<b>FUNDOS DE AÇÕES</b>	<b>OK</b>	<b>35,0%</b>	<b>153.353.525,34</b>	<b>16,28%</b>	<b>13,02%</b>
Ações/Opções - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	35,0%	137.440,58	0,01%	0,01%
Dividendos à Receber			423.963,61	0,04%	0,04%
<b>IMÓVEIS</b>	<b>OK</b>	<b>8,0%</b>	<b>17.004.489,89</b>	<b>1,80%</b>	<b>1,44%</b>
Máx. 8,00%	OK	8,0%	17.004.489,89	1,80%	1,44%
<b>OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES</b>	<b>OK</b>	<b>15,0%</b>	<b>34.725.665,43</b>	<b>3,69%</b>	<b>2,95%</b>
Empréstimos	OK	15,0%	34.725.665,43	3,69%	2,95%
<b>TOTAL</b>			<b>942.497.139,70</b>		<b>80,01%</b>
<b>OPERAÇÕES COM O BANESTES</b>	<b>OK</b>	<b>10,0%</b>	<b>30.657.285,00</b>	<b>3,25%</b>	<b>2,60%</b>
Ações BANESTES	OK	10,0%	30.657.285,00	3,25%	2,60%

**OBSERVAÇÕES:**

01 - As aplicações em Fundos de Investimentos Multimercados Institucionais foram abertas e classificadas de acordo com a resolução 3.792;

02 - Os critérios adotados para a classificação dos ativos incluídos nas carteiras de Fundos Multimercados Institucionais estão destacados no Relatório Gerencial;

03 - As aplicações indiretas em Ações e Derivativos, via Fundos de Investimentos Multimercados Institucionais, foram classificadas no segmento de Renda Variável;

04 - As diferenças percentuais observadas no quadro acima em relação à composição da carteira, são decorrentes de adequações aos critérios estabelecidos na resolução 3.792.

## 4 - Informações referentes à Política de Investimentos

Em atendimento ao disposto na Resolução CGPC nº 23, de 6 de dezembro de 2006, Art. 5º, subitem IV, e à Instrução SPC nº 14, de 18 de janeiro de 2007, apresentamos, a seguir, informações resumidas sobre a política de Investimentos do Plano de Benefícios e a do Plano de Gestão Administrativa referentes o período entre 1º de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2016.

### 4.1 - Plano de Benefícios

Principais características do Plano:

**Tipo:** Contribuição Variável (CV)

**CNPB:** 1998001229

**Meta de Rentabilidade:** IGP-DI + 6% ao ano

**Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ):** Fernando Valli Cardoso

**Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB):** Deodete José Lorenção

**Período de Referência:** Janeiro de 2012 a Dezembro de 2012

A política de investimento, da BANESES, está estruturada conforme mostra a figura a seguir.



A tabela a seguir mostra os limites dos mandatos que se enquadram nos segmentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 3792:

ALOCÇÃO DOS RECURSOS				
SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	63,9%	30%	100%
Renda Variável	70%	24,1%	0%	40%
Investimentos Estruturados	20%	6,0%	0%	10%
Investimentos no Exterior	10%	0,0%	0%	1%
Imóveis	8%	0,0%	0%	4%
Operações com Participantes	15%	6,0%	0%	15%

As metas de retorno foram definidas para um horizonte de 60 meses. É possível, portanto, que, dentro de um mesmo ano-calendário, a rentabilidade dos investimentos fique abaixo da meta:

ÍNDICES DE REFERÊNCIA E METAS DE RENTABILIDADE		
SEGMENTO	ÍNDICE DE REFERÊNCIA	META DE RENTABILIDADE
Renda Fixa	SELIC	IGP-DI + 6% a.a.
Renda Variável	IBrX	IGP-DI + 9% a.a.
Investimentos Estruturados	IGP-DI + 6% a.a.	IGP-DI + 8,5% a.a.
Investimentos no Exterior	IBrX	IGP-DI + 9% a.a.
Imóveis	IGP-DI + 6% a.a.	IGP-DI + 6% a.a.
Operações com participantes	IGP-DI + 6% a.a.	IGP-DI + 8,1% a.a.

Em relação aos limites de concentração por emissor e conforme estabelecido pelo §1º, Inciso III, Art. 41, da Resolução CMN nº 3792, a BANESES deve respeitar os seguintes limites:

ALOCÇÃO POR EMISSOR (% DOS RGRT)	
Característica do Emissor	% dos recursos garantidores
Companhias com controle majoritário do governo federal	10%
Patrocinador do plano de benefícios	10%
Instituição financeira autorizada a funcionar pelo Bacen	5%
Tesouro estadual ou municipal	5%
Companhia aberta com registro na CVM ou assemelhada	5%
Organismo multilateral	5%
Companhia securitizadora	5%

Em relação a novos aportes, qualquer investimento com volume financeiro superior a 2% (dois por cento) dos recursos garantidores estará sujeito à aprovação prévia do Conselho Deliberativo.

Os investimentos com volume financeiro até 2% (dois por cento) dos recursos garantidores estarão sujeitos à aprovação prévia dos órgãos competentes, conforme tabela abaixo:

LIMITES DE ALÇADA	
MODALIDADE DE INVESTIMENTO	ÓRGÃO COMPETENTE
Títulos públicos federais com prazo superior a 10 anos para o vencimento	Conselho Deliberativo
Títulos públicos federais com prazo de até 10 anos para o vencimento	Diretoria Executiva
CDBs	Diretoria Executiva
DPGEs	Diretoria Executiva
Debêntures	Conselho Deliberativo
Empréstimos de títulos de renda fixa	Conselho Deliberativo
Empréstimos de ações	Conselho Deliberativo
Aquisição de ações	Conselho Deliberativo
Parceria público-privadas	Conselho Deliberativo
Outros Investimentos	Conselho Deliberativo
FUNDOS DE INVESTIMENTO	ÓRGÃO COMPETENTE
Fundos de Investimento de Renda Fixa	Diretoria Executiva
Fundos Multimercado Institucionais	Diretoria Executiva
Fundos de Crédito	Diretoria Executiva
Fundos Multimercado não-Institucionais	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento em Ações (FIA)	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	Conselho Deliberativo
Fundos de Investimentos no Exterior	Conselho Deliberativo
Fundos de Investimentos Imobiliários	Conselho Deliberativo
Fundos de Participações	Conselho Deliberativo

No caso dos Fundos de Investimentos em Ações (FIA), a Diretoria Executiva deverá seguir os critérios estabelecidos pelo Conselho Deliberativo para a gestão da carteira, com

a metodologia de otimização definida e os limites objetivos para aplicações/resgates, utilizando-se as bandas superiores e inferiores para reposicionamento da carteira.

## GESTÃO DOS RECURSOS

Tipo de Administração dos Recursos: **Mista** (interna e externa)  
Periodicidade de Avaliação dos Gestores Externos: Semestral

Critérios de Contratação de Gestores: Capacitação Técnica, Estrutura de Suporte e de Controle, Rentabilidade Histórica Auferida, Riscos Incorridos, Custos, Total de Recursos Administrados e Histórico da Empresa e dos Controladores.

Nas ocasiões em que a BANESES alocar recursos em fundos de investimento exclusivos, será realizado o acompanhamento da adequação dos mandatos destinados aos gestores quanto aos limites de investimento em cada segmento disponível, quanto à exposição, aos fatores de risco, incorrida pela Fundação, quanto aos ativos elegíveis e quanto aos limites de VaR (Value at Risk) incorridos pela BANESES.

A BANESES faz o acompanhamento das estratégias formuladas e dos desempenhos.

## CONTROLE DE RISCOS

Em linha com o que estabelece o Capítulo III, “Dos Controles Internos e de Avaliação de Risco”, da Resolução CMN nº 3792, a política de riscos, da BANESES, estabelece quais são os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos.

A política de riscos disciplina, ainda, o controle de riscos referente ao monitoramento dos limites de alocação estabelecidos pela Resolução CMN nº 3792 e pela política de investimento da BANESES.

A BANESES monitora e controla os riscos abaixo, através da prestação de serviços de empresas de consultoria e/ou sistemas de controles internos.

<b>Risco de Mercado</b>	Depende do comportamento do preço do ativo diante das condições de mercado. Para entender e medir possíveis perdas devido às flutuações do mercado é importante identificar e quantificar o mais corretamente possível as volatilidades e correlações dos fatores que impactam a dinâmica do preço do ativo.
<b>Risco de Liquidez</b>	Decorre da incapacidade de honrar os compromissos assumidos, resultante do desequilíbrio de caixa gerado pelo descasamento dos prazos de vencimentos das operações ativas e passivas.
<b>Risco de Crédito</b>	Está relacionado a possíveis perdas quando um dos contratantes não honra seus compromissos. As perdas podem estar relacionadas à recursos que não mais serão recebidos.
<b>Risco Legal</b>	Está relacionado a possíveis perdas quando um contrato não pode ser legalmente amparado. Pode-se incluir aqui riscos de perdas por documentação insuficiente, insolvência, ilegalidade, falta de representatividade e/ou autoridade por parte de um negociador, etc.
<b>Risco Operacional</b>	Está relacionado a possíveis perdas como resultado de sistemas e/ou controles inadequados, falhas de gerenciamento e erros humanos.

### RESPONSÁVEL PELA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ENTIDADE

Fernando Valli Cardoso  
*Diretor de Investimentos*  
CPF: 798.500.307-04

### APROVAÇÃO DA POLÍTICA PELO CONSELHO DELIBERATIVO

Data: 29 de dezembro de 2011  
*Livro 38 - Página 10.*

## 4.2 - Plano de Gestão Administrativa

Principais características do Plano:

**Período de Referência:** Janeiro de 2012 a Dezembro de 2012

A tabela a seguir mostra os limites dos mandatos que se enquadram nos segmentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 3792.

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS				
SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	100%	90%	100%
Renda Variável	70%	0%	0%	10%

As metas de retorno foram definidas para um horizonte de 60 meses. É possível, portanto, que, dentro de um

mesmo ano-calendário, a rentabilidade dos investimentos fique abaixo da meta.

ÍNDICES DE REFERÊNCIA E METAS DE RENTABILIDADE		
SEGMENTO	ÍNDICE DE REFERÊNCIA	META DE RENTABILIDADE
Renda Fixa	SELIC	IGP-DI + 6% a.a.
Renda Variável	IBrX	IGP-DI + 9% a.a.

Em relação a novos aportes, qualquer investimento com volume financeiro superior a 20% (vinte por cento) dos recursos do PGA estará sujeito à aprovação prévia do Conselho Deliberativo.

Os investimentos com volume financeiro até 20% (vinte por cento) dos recursos do PGA estarão sujeitos à aprovação prévia dos órgãos competentes, conforme tabela abaixo:

LIMITES DE ALÇADA	
MODALIDADE DE INVESTIMENTO	ÓRGÃO COMPETENTE
Títulos públicos federais com prazo superior a 10 anos para o vencimento	Diretoria Executiva
CDBs	Diretoria Executiva
DPGEs	Diretoria Executiva
Fundos de Crédito	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento de Renda fixa	Diretoria Executiva
Fundos Multimercado Institucionais	Diretoria Executiva
Outros Investimentos	Conselho Deliberativo

GESTÃO DOS RECURSOS
Tipo de Administração dos Recursos: <b>Mista</b> (interna e externa) Periodicidade de Avaliação dos Gestores Externos: Semestral
Critérios de Contratação de Gestores: Capacitação Técnica, Estrutura de Suporte e de Controle, Rentabilidade Histórica Auferida, Riscos Incorridos, Custos, Total de Recursos Administrados e Histórico da Empresa e dos Controladores.
Nas ocasiões em que a BANESES alocar recursos em fundos de investimento exclusivos, será realizado o acompanhamento da adequação dos mandatos destinados aos gestores quanto aos limites de investimento em cada segmento disponível, quanto à exposição, aos fatores de risco, incorrida pela Fundação, quanto aos ativos elegíveis e quanto aos limites de VaR (Value at Risk) incorridos pela BANESES.
A BANESES faz o acompanhamento das estratégias formuladas e dos desempenhos.

## CONTROLE DE RISCOS

Em linha com o que estabelece o Capítulo III, “Dos Controles Internos e de Avaliação de Risco”, da Resolução CMN nº 3792, a política de riscos, da BANESES, estabelece quais são os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos.

A política de riscos disciplina, ainda, o controle de riscos referente ao monitoramento dos limites de alocação estabelecidos pela Resolução CMN nº 3792 e pela política de investimento da BANESES.

A BANESES monitora e controla os riscos abaixo, através da prestação de serviço de empresas de consultoria e/ou sistemas de controles internos.

<b>Risco de Mercado</b>	Depende do comportamento do preço do ativo diante das condições de mercado. Para entender e medir possíveis perdas devido às flutuações do mercado é importante identificar e quantificar o mais corretamente possível as volatilidades e correlações dos fatores que impactam a dinâmica do preço do ativo.
<b>Risco de Liquidez</b>	Decorre da incapacidade de honrar os compromissos assumidos, resultante do desequilíbrio de caixa gerado pelo descasamento dos prazos de vencimentos das operações ativas e passivas.
<b>Risco de Crédito</b>	Está relacionado a possíveis perdas quando um dos contratantes não honra seus compromissos. As perdas podem estar relacionadas à recursos que não mais serão recebidos.
<b>Risco Legal</b>	Está relacionado a possíveis perdas quando um contrato não pode ser legalmente amparado. Pode-se incluir aqui riscos de perdas por documentação insuficiente, insolvência, ilegalidade, falta de representatividade e/ou autoridade por parte de um negociador, etc.
<b>Risco Operacional</b>	Está relacionado a possíveis perdas como resultado de sistemas e/ou controles inadequados, falhas de gerenciamento e erros humanos.

### RESPONSÁVEL PELA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ENTIDADE

Fernando Valli Cardoso  
*Diretor de Investimentos*  
CPF: 798.500.307-04

### APROVAÇÃO DA POLÍTICA PELO CONSELHO DELIBERATIVO

Data: 29 de dezembro de 2011  
*Livro 38 - Página 10.*

## 5 - Demonstração Patrimonial e Notas Explicativas

(R\$ mil)

BALANÇO PATRIMONIAL							
ATIVO	Nota	2011	2010	PASSIVO	Nota	2011	2010
DISPONÍVEL		74	51	EXIGÍVEL OPERACIONAL	(4g)	2.192	1.782
				Gestão Previdencial		1.805	1.416
REALIZÁVEL		1.184.818	1.137.968	Gestão Administrativa		368	346
Gestão Previdencial	(4a)	242.471	255.042	Investimentos		19	19
Gestão Administrativa	(4b)	184	16				
Investimentos	(5.)	942.163	882.910	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	(4h)	6.014	5.613
Títulos Públicos		406.390	476.817	Gestão Previdencial		6.014	5.613
Créditos Privados e Depósitos		151.625	105.553				
Ações		62.611	62.475				
Fundos de Investimento		269.807	187.516	PATRIMÔNIO SOCIAL		1.178.038	1.131.760
Investimentos Imobiliários		17.004	12.344	Patrimônio de Cobertura do Plano		1.158.814	1.113.184
Empréstimos		34.726	38.205	Provisões Matemáticas	(6.)	1.142.716	1.109.325
				Benefícios Concedidos		820.972	818.636
PERMANENTE	(4d)	1.352	1.136	Benefícios a Conceder		321.744	290.689
Imobilizado		187	162	Equilíbrio Técnico	(10)	16.097	3.859
Intangível		1.165	974	Resultados Realizados		16.097	3.859
				Superávit Técnico Acumulado		16.097	3.859
				Fundos	(4j)	19.224	18.576
				Fundos Previdenciais		3.420	3.110
				Fundos Administrativos		15.804	15.466
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.186.244</b>	<b>1.139.155</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>1.186.244</b>	<b>1.139.155</b>

(R\$ mil)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL			
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO (%)
<b>A) Patrimônio Social - início do exercício</b>	<b>1.131.760</b>	<b>1.053.847</b>	<b>7,39</b>
<b>1. Adições</b>	<b>143.551</b>	<b>177.320</b>	<b>(19,04)</b>
(+) Contribuições Previdenciais	52.660	62.778	(16,12)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	86.005	110.014	(21,82)
(+) Receitas Administrativas	3.273	3.173	3,16
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	1.613	1.355	19,06
<b>2. Destinações</b>	<b>(97.273)</b>	<b>(99.407)</b>	<b>(2,15)</b>
(-) Benefícios	(92.443)	(89.035)	3,83
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	(910)	(100,00)
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(282)	(5.259)	(94,63)
(-) Despesas Administrativas	(4.548)	(4.203)	8,20
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)</b>	<b>46.278</b>	<b>77.913</b>	<b>(40,60)</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	33.392	77.264	(56,78)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	12.238	(30)	(40.893,33)
(+/-) Fundos Previdenciais	310	354	(12,20)
(+/-) Fundos Administrativos	338	325	4,29
<b>B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)</b>	<b>1.178.038</b>	<b>1.131.760</b>	<b>4,09</b>

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO II DE BENEFÍCIOS			
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO (%)
<b>A) Ativo Líquido - Início do exercício</b>	<b>1.116.294</b>	<b>1.038.706</b>	<b>7,47</b>
<b>1. Adições</b>	<b>140.170</b>	<b>174.182</b>	<b>(19,53)</b>
(+) Contribuições	54.165	64.168	(15,59)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	86.005	110.014	(21,82)
<b>2. Destinações</b>	<b>(94.230)</b>	<b>(96.594)</b>	<b>(2,45)</b>
(-) Benefícios	(92.443)	(89.035)	3,83
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	(910)	(100,00)
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(282)	(5.259)	(94,64)
(-) Custeio Administrativo	(1.505)	(1.390)	8,27
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>45.940</b>	<b>77.588</b>	<b>(40,79)</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	33.392	77.264	(56,78)
(+/-) Fundos Previdenciais	310	354	(12,43)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	12.238	(30)	(40.893,33)
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>1.162.234</b>	<b>1.116.294</b>	<b>4,12</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>15.804</b>	<b>15.466</b>	<b>2,19</b>
(+/-) Fundos Administrativos	15.804	15.466	2,19

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO II DE BENEFÍCIOS			
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR (Reapresentado nota 3)	VARIAÇÃO (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>1.185.876</b>	<b>1.138.809</b>	<b>4,13</b>
Disponível	49	51	(3,92)
Recebível	258.275	270.508	(4,74)
Investimento	927.552	868.250	6,83
Títulos Públicos	392.577	462.216	(15,07)
Créditos Privados e Depósitos	151.625	105.553	43,65
Ações	62.611	62.475	0,22
Fundos de Investimento	269.009	187.457	43,50
Investimentos Imobiliários	17.004	12.344	37,75
Empréstimos	34.726	38.205	(9,11)
<b>2. Obrigações</b>	<b>7.838</b>	<b>7.049</b>	<b>11,19</b>
Operacional	1.824	1.436	27,02
Contingencial	6.014	5.613	7,14
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>15.804</b>	<b>15.466</b>	<b>2,19</b>
Fundos Administrativos	15.804	15.466	2,19
<b>4. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>1.162.234</b>	<b>1.116.294</b>	<b>4,12</b>
Provisões Matemáticas	1.142.716	1.109.325	3,01
Superávit/Déficit Técnico	16.097	3.859	317,13
Fundos Previdenciais	3.420	3.110	9,97

**Nota 3 - Reclassificações:**

Com a publicação da Resolução CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011 que revogou a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, alterada pela Resolução CNPC nº 1, de 3 de março de 2011, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar passaram a reconhecer em seus balanços os Depósitos Judiciais / Recursais como item do ativo (conforme nota nº 8), bem como passou a utilizar alguns demonstrativos em formação diferente aos apresentados no exercício anterior (conforme nota nº 2). Apresentamos a seguir as rubricas e os principais saldos dos demonstrativos publicados em 31 de dezembro de 2010 que sofreram alterações, adequando-os à legislação aplicada no exercício de 2011, para fins de comparabilidade.

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO II DE BENEFÍCIOS			
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO (%)
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)</b>	<b>1.158.814</b>	<b>1.113.184</b>	<b>4,10</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>1.142.717</b>	<b>1.109.325</b>	<b>3,01</b>
<b>1.1 Benefícios Concedidos</b>	<b>820.972</b>	<b>818.636</b>	<b>0,29</b>
Benefício Definido	820.972	818.636	0,29
<b>1.2 Benefícios a Conceder</b>	<b>321.744</b>	<b>290.689</b>	<b>10,68</b>
Contribuição Definida	287.547	258.649	11,17
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	125.660	113.126	11,08
Saldo de Contas - parcela participantes	161.887	145.523	11,24
Benefício Definido	34.197	32.040	6,73
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>16.097</b>	<b>3.859</b>	<b>317,13</b>
<b>2.1 Resultados Realizados</b>	<b>16.097</b>	<b>3.859</b>	<b>317,13</b>
Superávit técnico acumulado	16.097	3.859	317,13
Reserva de contingência	16.097	3.859	317,13

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA			
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>15.466</b>	<b>15.141</b>	<b>2,15</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>4.886</b>	<b>4.528</b>	<b>7,91</b>
1.1 Receitas	4.886	4.528	7,91
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.505	1.390	8,27
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.768	1.783	(0,84)
Resultado Positivo dos Investimentos	1.613	1.355	19,04
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>(4.548)</b>	<b>(4.203)</b>	<b>8,21</b>
2.1 Administração Previdencial	(2.780)	(2.420)	14,88
Pessoal e encargos	(1.657)	(1.513)	9,53
Treinamentos/congressos e seminários	(24)	(22)	9,09
Viagens e estadias	(28)	(19)	47,37
Serviços de terceiros	(553)	(370)	49,46
Despesas gerais	(304)	(332)	(8,43)
Depreciações e amortizações	(41)	(38)	7,98
Outras despesas	(173)	(126)	37,30
2.2 Administração dos Investimentos	(1.768)	(1.783)	(0,84)
Pessoal e encargos	(1.121)	(1.089)	2,94
Treinamentos/congressos e seminários	(29)	(32)	(10,34)
Viagens e estadias	(35)	(14)	150,00
Serviços de terceiros	(279)	(289)	(3,46)
Despesas gerais	(162)	(250)	(35,20)
Depreciações e amortizações	(28)	(25)	12,00
Outras despesas	(114)	(84)	35,71
<b>3. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)</b>	<b>338</b>	<b>325</b>	<b>4,00</b>
<b>4. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (3)</b>	<b>338</b>	<b>325</b>	<b>4,00</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)</b>	<b>15.804</b>	<b>15.466</b>	<b>2,19</b>

## 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES é entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, por prazo indeterminado. Foi instituída em 11 de julho de 1972, tendo atualmente como Patrocinadores, o BANESTESS/A - Banco do Estado do Espírito Santo, Banestes Seguros S/A, Banestes Administradora e Corretora de Seguros Ltda., Banestes Clube de Seguros e a Fundação Banestes. A BANESES segue as normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social e Conselho Monetário Nacional.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a BANESES tem como objetivo instituir planos privados de concessão de benefícios de renda ou de pecúlio, suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social.

Os recursos de que a Fundação Banestes de Seguridade Social dispõe para seu funcionamento são representados por contribuições de seus Patrocinadores, Participantes e Assistidos e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos.

Durante o exercício de 1998, a BANESES implantou um novo plano, denominado Plano II de Aposentadoria, permitindo que aqueles que participavam do Plano I de Aposentadoria se transferissem para o Plano II de Aposentadoria. Durante o período em que foi possibilitada essa transferência, todos os Participantes do Plano I (Ativos e Inativos) optaram por se filiar ao novo Plano (Plano II de Aposentadoria).

Os benefícios do Plano II de Aposentadoria são custeados através de contribuições mensais dos participantes e das patrocinadoras, em alíquotas progressivas e cumulativas a partir de 3% incidentes sobre as remunerações recebidas pelos participantes. A contribuição normal das patrocinadoras é paritária ao total das contribuições dos participantes, limitada à contribuição de 7%. O Plano II de Aposentadoria entrou em vigor em 1/5/1998.

## 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis de 2011 e 2010 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como pelas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social - MPS pelas normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, através da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, pela PREVIC por meio da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução PREVIC nº 5, de 8 de setembro de 2011, pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001 (antiga sigla NBC TE 11), é pelas práticas contábeis brasileiras. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos, sejam circulantes e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa.

Os demonstrativos contábeis vigentes a partir de 2011 são:

- Balanço Patrimonial Consolidado;
- Demonstração da Mutaç o do Patrim nio Social - DMPS Consolidada (em substitui o da Demonstrac o da Muta o do Ativo L quido - DMAL Consolidada);
- Demonstrac o do Plano de Gest o Administrativa - DPGA Consolidada;
- Demonstrac o do Ativo L quido - DAL (por plano de benef cio previdencial);
- Demonstrac o da Muta o do Ativo L quido - DMAL (por plano de benef cio previdencial);
- Demonstrac o das Obriga es Atuariais - DOAP (por plano de benef cio previdencial).

A autoriza o para a conclus o destas demonstra es cont beis pela Diretoria Executiva da BANESES ocorreu em 06 de mar o de 2012.

### 2.1 Consolida o das Demonstra es:

As demonstra es cont beis foram preparadas em conformidade com os princ pios de consolida o, emanados da legisla o societ ria brasileira e em atendimento a Resolu o CNPC n  8, de 31 de outubro de 2011 e a ITG 2001 - Entidades Fechadas de Previd ncia Complementar. No processo de consolida o das demonstra es cont beis da BANESES foram realizadas as seguintes elimina es no exerc cio findo em 31 de dezembro de 2011:

	Plano	Plano Consolidado
Gest�o administrativa - participa�o no PGA	15.804	(15.804)
<b>Total do ativo</b>	<b>15.804</b>	<b>(15.804)</b>
Fundos - participa�o no fundo administrativo	(15.804)	15.804
<b>Total do passivo</b>	<b>(15.804)</b>	<b>15.804</b>

## 3 - RECLASSIFICA ES

Com a publica o da Resolu o CNPC n  8 de 31 de outubro de 2011 que revogou a Resolu o CGPC n  28, de 26 de janeiro de 2009, alterada pela Resolu o CNPC n  1, de 3 de mar o de 2011, as Entidades Fechadas de Previd ncia Complementar passaram a reconhecer em seus balan os os Dep sitos Judiciais / Recursais como item do ativo (conforme nota n  8), bem como passou a utilizar alguns demonstrativos em forma o diferente aos apresentados no exerc cio anterior (conforme nota n  2). Apresentamos a seguir as rubricas e os principais saldos dos demonstrativos publicados em 31 de dezembro de 2010 que sofreram altera es, adequando-os   legisla o aplicada no exerc cio de 2011, para fins de comparabilidade:

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO			
ATIVO	2010 Publicado	Reclassificações efetuadas	2010 Ajustado
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>1.133.886</b>	<b>4.082</b>	<b>1.137.968</b>
Gestão Previdencial	250.960	4.082	255.042
<b>Total</b>	<b>1.135.073</b>	<b>4.082</b>	<b>1.139.155</b>
PASSIVO	2010 Publicado	Reclassificações efetuadas	2010 Ajustado
<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>1.531</b>	<b>4.082</b>	<b>5.613</b>
Gestão Previdencial	1.531	4.082	5.613
<b>Total</b>	<b>1.135.073</b>	<b>4.082</b>	<b>1.139.155</b>

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DAL - PLANO II - BANESES			
Descrição	2010 Publicado	Reclassificações efetuadas	2010 Ajustado
<b>1. Ativos</b>	<b>1.134.727</b>	<b>4.082</b>	<b>1.138.809</b>
Recebível	266.426	4.082	270.508
<b>2. Obrigações</b>	<b>2.967</b>	<b>4.082</b>	<b>7.049</b>
Contingencial	1.531	4.082	5.613

#### 4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A escrituração contábil é centralizada em sua sede e está revestida das formalidades legais, sendo escriturada em livros obrigatórios, capazes de assegurar sua exatidão.

As práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações contábeis estão resumidos como segue:

**a) Realizável - Gestão Previdencial:** registra, principalmente, o compromisso assumido pelo Governo do Estado do Espírito Santo dentro do processo de saneamento do BANESTES S/A, conforme contrato firmado em 29.06.98, no valor histórico de R\$ 147.000, com amortização em 240 (duzentos e quarenta) meses atualizados pela TR + 8% (oito por cento) a.a. até 30.12.02 e, por força de aditivo contratual, IGP-DI + 6% a.a. a partir de 31.12.02. O saldo devedor dessa operação em 31.12.11 é de R\$ 235.663 (R\$ 248.662 em 31.12.10).

**b) Realizável - Gestão Administrativa:** em conformidade com a Resolução CGPC N° 8, de 31 de outubro de 2011 e Instrução SPC n° 34 de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão - PGA, que possui patrimônio próprio segregado do plano de benefício previdencial.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas de gestão previdencial, de investimentos e reembolsos, deduzidas das despesas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao fundo administrativo.

Realizável Gestão Administrativa	Exercício 2011	Exercício 2010
Gestão Administrativa	184	16
Contas a Receber	183	12
Despesas Antecipadas	1	4

#### c) Realizável - Investimentos:

**Renda Fixa:** representa as aplicações com rendas definidas, podendo ser pré-fixadas ou pós-fixadas. Os títulos para negociação são avaliados a valor de mercado e os títulos mantidos até o vencimento são aplicados pelos rendimentos incorridos até a data do balanço.

**Renda Variável:** representa as aplicações em ações, contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas diretas de corretagens e demais taxas e foram avaliadas pelo valor de mercado, considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores, procedimento adotado a partir de julho de 2008, em conformidade com as disposições da Resolução CGPC n° 25, de 30 de junho de 2008, anteriormente a avaliação dos componentes do segmento de renda variável era pelo valor de mercado com base na cotação média ao final de cada mês. As ações que não são negociadas em Bolsa de Valores são avaliadas pelo preço de custo ou valor patrimonial, dos dois o menor. A variação apurada em decorrência do confronto do valor contábil e o da avaliação de mercado foi apropriada diretamente à conta de resultado.

**Investimentos Imobiliários:** estão demonstrados ao custo de aquisição, depreciados pelo método linear à taxa de 2% ao ano e, quando aplicável, ajustados de acordo com reavaliações realizadas. Os aluguéis e alienação foram atualizados pelas taxas contratadas.

No mês de outubro/2011 foi realizada reavaliação imobiliária através da empresa Consulting Engenharia S/S Ltda., CNPJ n°. 02.480.066/0001-51, pelo método comparativo de dados de mercado.

O resultado do laudo definiu o valor de mercado dos referidos investimentos em R\$ 4.886 acima do valor contábil correspondente.

Os efeitos desta reavaliação foram registrados no realizável dos investimentos.

Descrição	Valor Contábil (A)	Valor Reavaliado (B)	Resultado (B-A)
Edificações	12.036	16.922	4.886

**Operações com Participantes:** representam os empréstimos concedidos aos participantes e são registrados pelo valor concedido, ajustado pela variação mensal do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) e juros de 0,65% a.m. O empréstimo se sujeita ainda, ao IOF - Imposto sobre Operações Financeiras, calculado com base no valor do empréstimo, cobrado no ato da liberação.

**d) Permanente - (Imobilizado):** está demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

Os itens que compõem o Ativo Imobilizado da BANESES são depreciados pelo método linear de acordo com a vida útil econômica do bem estimada na aquisição, às seguintes alíquotas anuais:

▶ Móveis e Utensílios	10,00% a. a.
▶ Máquinas e Equipamentos	10,00% a. a.
▶ Sistemas de Comunicação	10,00% a. a.
▶ Computadores e Periféricos	20,00% a. a.
▶ Sistemas Computacionais	20,00% a. a.

**Permanente - (Intangível):** a BANESES está desenvolvendo um sistema de benefícios próprio. Os gastos na execução do projeto são contabilizados no Ativo Permanente - Intangível - Desenvolvimento, com saldo em 31/12/2011 no montante de R\$ 1.165 (R\$ 974 em 2010).

#### e) Provisões:

**e.1) - Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD:** a provisão para perdas prováveis dos ativos é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no Item 11, Anexo "A" da Instrução Normativa SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa devem ser adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- ▶ 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- ▶ 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- ▶ 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- ▶ 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de contribuições previdenciais em atraso deve incidir somente sobre o valor das parcelas vencidas.

**e.2) - Provisão para Ações GTD -** Considerando o princípio da prudência e observando os critérios de liquidez, risco, volatilidade, histórico de valores de mercado e patrimoniais, a BANESES efetivou, com base em estudos e discussões internas, e amparado na Resolução CGPC nº 13, artigo 12, parágrafo 2º, o lançamento de provisão para ajuste. O valor provisionado em dezembro de 2011, R\$ 333 (R\$ 385 em 2010) considera a

diferença entre o valor contabilizado (valor de mercado) e o valor patrimonial.

#### f) Ativos Contingentes

Em atenção ao disposto na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.180, de 04 de agosto de 2009 e pronunciamentos Contábeis - CPC, que estabelece a necessidade de uma breve descrição da natureza do ativo contingente, quando for provável a entrada de benefício econômico, apresentamos a seguir os ativos contingentes da BANESES em 31 de dezembro de 2011:

#### Obrigação do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND

O Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) foi criado em 23 de julho de 1986 pela União com a finalidade de fornecer recursos para a realização de investimentos necessários à dinamização do desenvolvimento nacional e apoio a iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas. A BANESES juntamente com outras entidades fechadas de previdência complementar, por força do art. 7 do Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986, adquiriu compulsoriamente cotas de Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND que foi a forma de captação de recursos determinada pelo governo naquela época, com prazo de 10 anos e variação equivalente à da Obrigação do Tesouro Nacional - OTN.

Até janeiro de 1989, a remuneração dos títulos foi atualizada pela OTN, e a partir de fevereiro de 1989 pelo Índice de Preços ao Consumidor - IPC, conforme art. 10 da Lei nº 7.738, de 09 de março de 1989 acrescentado pela Lei nº 7.764, de 02 de maio de 1989. Posteriormente, com a publicação da Lei nº 8.177 de 04 de março de 1991, art. 38, os saldos das OFNDs seriam reajustados pela Taxa Referencial - TR.

A BANESES é parte de ação ordinária ajuizada pela a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP que objetiva o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das OFNDs e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos, adotando para tal fim o IPC, ao invés do BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991. A ABRAPP iniciou a execução do processo com o ingresso de petição em 28 de junho de 2011 no montante aproximado de R\$ 20.797, o qual representa a parte da BANESES. Embora o julgamento da ação, em segunda instância, tenha sido favorável à ABRAPP, tendo tal decisão já transitada em julgado com petição de execução, a BANESES não registrou contabilmente por existirem questões que envolvem a recuperação desse ativo, tais como: incerteza do valor a ser recebido e o prazo de encerramento da referida ação (processo ainda em fase de execução).

Em 14 de outubro de 2011 a PREVIC encaminhou Ofício nº 4.621/2011/CGMC/DIACE/PREVIC não autorizando o registro contábil.

**g) Exigível Operacional:** registra as obrigações decorrentes de direitos a benefícios pelos participan-

tes, salários dos empregados da entidade, prestação de serviços de terceiros, obrigações fiscais e recebimentos de receitas antecipadas. Registra as obrigações fiscais, a constituição da provisão sobre o 13º salário dos assistidos e dos empregados, sendo o ajuste efetuado no encerramento de cada exercício.

**h) Exigível Contingencial:** é representado por provisões constituídas com base em estimativas apuradas pela Assessoria Jurídica que classificam as contingências com chance de perda provável, possível e remota. Quando a expectativa de perda é remota não é constituída provisão, quando é possível são evidenciadas em nota explicativa, e a provável perda é provisionada.

A Administração da Fundação Banestes entende que as provisões constituídas são suficientes para atender às eventuais perdas decorrentes de processos administrativos e/ou judiciais.

**i) Provisões Matemáticas:** Foram determinadas de acordo com a nota técnica atuarial e representam o valor atual

Discriminação	Fundo Previdencial	Fundo Administrativo	Total
Saldos em 31/12/2010	3.110	15.466	18.576
Formação/Reversão de Fundos	310	338	648
Saldos em 31/12/2011	3.420	15.804	19.2247

**k) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas:**

As adições e deduções da Gestão Previdencial, receitas e despesas da Gestão Administrativa, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas do fluxo de investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência.

As rendas/variações positivas de dividendos, bonificações e juros sobre o capital próprio recebidos em

total das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, calculadas com base no Plano de Benefícios.

**j) Fundos:** são constituídos de acordo com os seguintes critérios:

**j.1) - Fundo Previdencial:**

O saldo existente no Fundo Previdencial, refere-se à provisão de valores decorrentes de recálculos de reservas individuais de benefícios concedidos, havidos por força do cancelamento de aposentadoria, cujos processos ainda aguardam decisão definitiva.

**j.2) - Fundo Administrativo:**

A entidade constitui Fundo Administrativo próprio, conforme previsto do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa. As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da BANESES, e estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

As mutações do exercício foram:

dinheiro, decorrentes de investimentos em ações são reconhecidas após publicação da decisão da assembléia geral dos acionistas das empresas investidas.

## 5 - INVESTIMENTOS

Em 31/12/2011 e em 31/12/2010 a BANESES possuía os seguintes investimentos em garantia das provisões matemáticas:

COMPOSIÇÃO CONSOLIDADA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS		
Investimentos	Exercício 2011	Exercício 2010
<b>Títulos Públicos Federais</b>	<b>406.390</b>	<b>476.817</b>
Notas do Tesouro Nacional	328.590	355.825
Letras Financeiras do Tesouro	77.800	120.992
<b>Créditos Privados e Depósitos</b>	<b>151.625</b>	<b>105.553</b>
Instituições Financeiras	98.690	54.739
Companhias Abertas	52.935	50.814
<b>Ações</b>	<b>62.611</b>	<b>62.475</b>
Instituições Financeiras	1.987	2.110
Companhias Abertas	29.852	33.260
Patrocinadores	30.772	27.105
<b>Fundos de Investimentos</b>	<b>269.807</b>	<b>187.516</b>
Renda Fixa	93.485	20.291
Ações Mercado a Vista	153.354	137.287
Multimercado	18.933	27.249
Direitos Creditórios	-	1.205
Participações	4.035	1.484
<b>Investimentos Imobiliários</b>	<b>17.004</b>	<b>12.344</b>
Edificações para Uso Próprio	348	274
Edificações Locadas à Patrocinadora	16.160	11.603
Edificações para Renda	340	314
Aluguéis a Receber	156	145
Alienação de Imóveis	-	8
<b>Empréstimos</b>	<b>34.726</b>	<b>38.205</b>
Empréstimos	34.726	38.205
<b>TOTAL DOS RECURSOS</b>	<b>942.164</b>	<b>882.910</b>

Em atendimento à Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários foram classificados em duas categorias:

(i) **Títulos para negociação** – quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor de provável realização;

(ii) **Títulos mantidos até o vencimento** – quando a intenção da administração, considerando a capacidade financeira da entidade, é manter os referidos títulos em

carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimentos e classificação de risco do título.

Os títulos classificados no item (i), são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos em conta específica na demonstração de resultados.

Os títulos classificados no item (ii), são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os títulos estavam assim classificados:

COMPOSIÇÃO CONSOLIDADA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS						
Títulos para Negociação	Custo de Aquisição	Valor Contábil	Valor de Mercado	Custo de Aquisição	Valor Contábil	Valor de Mercado
	2011			2010		
<b>Renda Fixa</b>						
<b>Fundos de Investimentos</b>	<b>104.626</b>	<b>112.418</b>	<b>112.418</b>	<b>50.698</b>	<b>48.745</b>	<b>48.745</b>
Direitos Creditórios <sup>1</sup>	-	-	-	5.000	1.205	1.205
Multimercado	18.110	18.933	18.933	26.706	27.249	27.249
Renda Fixa	86.516	93.485	93.485	18.993	20.291	20.291
<b>De 01 a 180 dias</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.672</b>	<b>7.556</b>	<b>7.556</b>
LFT	-	-	-	4.672	7.556	7.556
<b>De 181 a 360 dias</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>43.256</b>	<b>68.593</b>	<b>68.593</b>
LFT	-	-	-	43.256	68.593	68.593
<b>Total - Renda Fixa</b>	<b>104.626</b>	<b>112.418</b>	<b>112.418</b>	<b>98.626</b>	<b>124.894</b>	<b>124.894</b>
<b>Renda Variável</b>						
<b>Fundos de Investimentos</b>	<b>151.541</b>	<b>153.354</b>	<b>153.354</b>	<b>106.352</b>	<b>137.287</b>	<b>137.287</b>
Ações - FIAs	151.541	153.354	153.354	106.352	137.287	137.287
<b>Ações</b>	<b>50.372</b>	<b>62.187</b>	<b>62.520</b>	<b>50.373</b>	<b>62.120</b>	<b>62.504</b>
Ações Banestes	14.611	30.657	30.657	14.611	27.008	27.008
Ações Brasil Telecom <sup>2</sup>	-	22	22	-	24	24
Ações GTD	2.220	604	604	2.220	627	627
(-) Provisão GTD	-	333	-	-	-385	-
Ações EDP - Energias do Brasil	5.620	13.459	13.459	5.620	12.554	12.554
Ações Bradesco	1.999	1.946	1.946	1.998	2.075	2.075
Ações Petrobrás	14.191	6.944	6.944	14.191	8.818	8.818
Ações Vale	11.731	8.888	8.888	11.731	11.398	11.398
<b>Total - Renda Variável</b>	<b>201.913</b>	<b>215.541</b>	<b>215.874</b>	<b>156.724</b>	<b>199.407</b>	<b>199.792</b>
<b>Estruturados</b>						
<b>Total de Fundos de Participação</b>	<b>4.100</b>	<b>4.036</b>	<b>4.036</b>	<b>1.500</b>	<b>1.484</b>	<b>1.484</b>
<b>Títulos para Negociação - Total</b>	<b>310.639</b>	<b>331.995</b>	<b>332.328</b>	<b>256.850</b>	<b>325.786</b>	<b>326.170</b>
Títulos Mantidos até o Vencimento	Custo de Aquisição	Valor Contábil	Valor de Mercado	Custo de Aquisição	Valor Contábil	Valor de Mercado
	2011			2010		
<b>Renda Fixa</b>						
<b>De 01 a 180 dias</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>33.505</b>	<b>53.560</b>	<b>54.200</b>
NTN-C	-	-	-	18.029	35.161	35.624
NTN-B	-	-	-	9.976	11.839	12.015
DPGE Banco Schahin	-	-	-	5.500	6.561	6.561
<b>De 181 a 360 dias</b>	<b>20.651</b>	<b>43.348</b>	<b>44.553</b>	<b>20.651</b>	<b>41.231</b>	<b>43.983</b>
Debênture PETROBRAS	20.651	43.348	44.553	-	-	-
<b>Acima de 360 dias</b>	<b>415.053</b>	<b>514.667</b>	<b>580.716</b>	<b>329.406</b>	<b>411.429</b>	<b>466.336</b>
DPGE Cruzeiro do Sul	10.000	13.431	13.431	10.000	11.743	11.743
DPGE Banif	6.000	7.311	7.311	6.000	6.373	6.373
DPGE Bicanco	11.000	13.388	13.388	11.000	11.621	11.621
DPGE Schahin	10.000	11.113	11.113	-	-	-
DPGE Modal	5.000	6.991	6.991	5.000	6.062	6.062
DPGE BMG	10.000	14.098	14.098	10.000	12.379	12.379
DPGE Banco Fibra	11.000	12.410	12.410	-	-	-
DPGE Banco Indusval	8.000	8.951	8.951	-	-	-
DPGE Banco Mercantil	10.000	10.997	10.997	-	-	-
Debênture PETROBRAS	-	-	-	20.651	41.231	43.983
Debênture VALE	9.571	9.587	9.578	9.571	9.584	9.491
LFT	80.860	77.800	77.812	34.212	44.842	44.843
NTN - C	112.337	169.888	208.733	112.337	161.317	198.266
NTN - B	131.285	158.702	185.905	131.285	147.508	171.705
<b>Títulos Mantidos até o Vencimento</b>	<b>435.705</b>	<b>558.015</b>	<b>625.269</b>	<b>383.562</b>	<b>506.221</b>	<b>570.665</b>
<b>T o t a l</b>	<b>746.344</b>	<b>890.010</b>	<b>957.597</b>	<b>640.412</b>	<b>832.006</b>	<b>896.836</b>

<sup>1</sup> Foi considerado como custo de aquisição o valor total aplicado no fundo BCSul Verax CP, porém, ao longo do ano, foram pagas amortizações trimestrais.

<sup>2</sup> A quantidade de ações da Brasil Telecom em carteira são oriundas de bonificações recebidas, referentes a posição deste papel no fundo exclusivo encerrado em 2003, portanto, não refletiram em custos para a entidade.

A BANESES manteve marcada a mercado as LFTs em carteira com vencimento em 2011 devido à possibilidade de vendas destes títulos antes de seu vencimento.

A administração tem a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Títulos

Mantidos até o Vencimento,” em virtude da capacidade financeira da BANESES.

#### Reclassificação de Títulos:

Justificativa técnica relativa à operação com LFT ocorrida em 24 de novembro de 2011, destacamos os seguintes pontos:

Conforme Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 781, de 22 de novembro de 2011, em 23.11.2011 foram ofertadas até 1.000.000 de LFT com vencimento em 01.03.2018 as quais deveriam ser adquiridas mediante a venda, ao Tesouro Nacional, de LFT com vencimentos entre 21.12.2011 e 18.12.2013, conforme seus preços unitários divulgados nas Resoluções 238 do dia posterior;

Neste período a BANESES mantinha em sua carteira 5.990 LFT com vencimento em 21.12.2011, classificadas como títulos para negociação, e 8.400 com vencimento em 07.03.2012, classificadas como marcado a mercado;

Visando alongar os títulos desta natureza na carteira, diante da intenção de manter o montante desses títulos em carteira, a BANESES optou por participar do leilão acima elucidado;

Conforme referências de mercado, em destaque os dados do Mercado Secundário divulgado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (Andima) em 22.11.2011 (intervalo indicativo de -0,0046 a 0,0005), a BANESES definiu o valor de sua cotação proposta em 100,0247, ou seja, com um ágio de 0,0247, dentro do intervalo divulgado pela Andima;

A proposta foi aceita pela STN a uma cotação mínima de 100,0119, sendo que, conforme item VII do artigo 1º da Portaria STN nº 781, seriam aceitas todas as propostas com cotações iguais ou superiores à cotação mínima aceita, a qual seria aplicada a todas as propostas vencedoras;

Assim, os papéis em carteira foram vendidos a um preço unitário de R\$ 4.966,711623, enquanto as novas LFT, com vencimento em 01.03.2018, foram adquiridas a um preço unitário de R\$ 4.967,302661, um ágio de 0,0119;

Considerando o deságio acima referido, o montante vendido diferenciou-se do comprado em três papéis, com uma diferença de R\$ 6.418,72 em favor desta Fundação;

Parte dos papéis em carteira, todos com vencimento em 07.03.2012, encontravam-se classificados como mantidos até o vencimento, conforme critérios definidos pela Resolução CGPC nº 04, o que demandou a reclassificação desses papéis para a referida venda;

Os papéis adquiridos foram classificados como mantidos até o vencimento, em concordância com a Resolução CGPC nº 15, além disso, não existe a intenção desta fundação em vender os mencionados papéis;

As LFT com vencimento em 21.12.2011 que subsistiram na carteira, num total de 37 títulos, serão mantidas na atual classificação para eventuais vendas, considerando que, conforme as características de venda do Tesouro, as propostas deveriam contemplar quantidades múltiplas de cinquenta títulos.

## 6 - EXIGÍVEL ATUARIAL

### ► Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas são constituídas e consignadas contabilmente com base em cálculos atuariais elaborados por consultoria atuarial externa, Mercer Human Resource Consulting, conforme parecer atuarial datado de 15.02.2012. As provisões, avaliadas no regime financeiro de capitalização, estão desdobradas da seguinte forma:

### ► Benefícios Concedidos

Registra, de acordo com a Nota Técnica Atuarial, o valor atual dos benefícios líquidos a serem pagos pela entidade aos participantes e beneficiários em gozo de benefícios de prestação continuada.

### ► Benefícios a Conceder

Benefícios do plano com a geração atual - registra o valor atual dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual que ainda não estão em gozo de benefício de prestação continuada, avaliado de acordo com a Nota Técnica Atuarial, líquido do valor atual das contribuições futuras por eles devidas quando do recebimento dos referidos benefícios.

A composição do exigível atuarial em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é a seguinte:

Descrição	2011	2010
<b>Benefícios Concedidos</b>	<b>820.972</b>	<b>818.636</b>
<b>Benefício Definido Estrut. Regime Capitalização</b>	<b>820.972</b>	<b>818.636</b>
Valor Atual Benefícios Futuros Programados	723.414	724.439
Valor Atual Benefícios Futuros não Programados	97.558	94.197
<b>Benefícios a Conceder</b>	<b>321.744</b>	<b>290.689</b>
<b>Contribuição Definida</b>	<b>287.547</b>	<b>258.649</b>
Saldo de Contas Parcela Patrocinador	125.660	113.126
Saldo de Contas Parcela Participante	161.887	145.523
<b>Benefício Definido Estrut. Regime Capitalização</b>	<b>34.197</b>	<b>32.040</b>
Valor Atual dos Benefícios não programados	34.197	32.040
<b>TOTAL DE PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>	<b>1.142.716</b>	<b>1.109.325</b>

Os resultados ocorridos foram os seguintes:

Mutação	Benefícios Concedidos	Benefícios A Conceder	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	818.636	290.689	1.109.325
Apropriação a resultado	2.336	31.055	33.391
Saldos em 31 de dezembro de 2011	820.972	321.745	1.142.717

#### ► Hipóteses atuariais

Apresentamos, a seguir, as principais hipóteses adotadas:

Plano II de Aposentadoria	2011	2010
► Taxa real de juros (% a.a.)	6,00	6,00
► Projeção de crescimento real de salário (%a.a.)	2,00	2,00
► Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS (%a.a.)	0	0
► Projeção de crescimento real dos benefícios do plano (%a.a.)	0	0
► Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
Dos Salários (%)	0,98	0,98
Dos Benefícios da Entidade (%)	0,98	0,98
► Hipótese sobre gerações futuras de novos entrados	Não Aplicável	Não Aplicável
► Hipótese sobre rotatividade	0,03 até 40 anos e 0,01 entre 41 e 50 anos	0,03 até 40 anos e 0,01 entre 41 e 50 anos
► Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000

## 7 - CRITÉRIO DE RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Através da Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009, que dispõe sobre critérios e limites para custeio das despesas administrativas, o Conselho Deliberativo aprovou, em 22/12/2009, o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa - PGA da Fundação Banestes, que estabelece regras, normas e critérios para a gestão administrativa do plano de benefício previdencial.

O Conselho Deliberativo estabeleceu como limite das despesas administrativas, o percentual de 1% sobre o montante dos recursos garantidores do plano de benefícios, em vigor a partir do mês de janeiro de 2010.

Para custeio das despesas administrativas os participantes e patrocinadores efetuam o pagamento da contribuição equivalente a 0,50% do salário de participação e as despesas administrativas comuns foram assim rateadas: 60% - para a gestão previdencial e 40% - para a gestão de investimentos.

## 8 - CONTINGÊNCIAS

A BANESES registra contingência de 268 ações tramitando na justiça, das quais 129 tramitam na justiça comum e 139 na justiça do trabalho. Das ações em curso, aquelas com risco provável de perda para a BANESES, no total de 90, já se encontram provisionadas em 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$ 6.014 (R\$ 5.613 em 2010).

Quanto aos demais processos, a grande maioria com sentenças favoráveis à BANESES (possíveis ou remotas), apresentam o montante de R\$ 2.463 (R\$ 2.409 em 2010) relativo às reclamações trabalhistas e R\$ 2.361 (R\$ 3.922 em 2010), referentes às ações cíveis e tributárias.

O registro contábil das contingências passivas e contingências ativas, estão de acordo com a Deliberação CVM nº 489, de 03 de outubro de 2005.

## 9 - DETALHAMENTO DOS SALDOS DAS RUBRICAS "OUTROS"

Em atendimento à letra "m", do item 21, do Anexo "E", das Normas Gerais das Resoluções CGPC nº 05 e 10 de 2002, o detalhamento dos saldos das rubricas contábeis denominadas "Outros" é o seguinte:

A) ATIVO REALIZÁVEL - GESTÃO PREVIDENCIAL		
Rubrica 1.2.1.9.00.00.0 Outros Realizáveis	Exercício Atual	Exercício Anterior
1. Valor a receber de Ex-aposentados	2.514	2.292
<b>Total Outros Realizáveis</b>	<b>2.514</b>	<b>2.292</b>

B) RECEITAS - PROGRAMA PREVIDENCIAL		
Rubrica 3.1.1.9.00.00.0 Outros Recursos Correntes	Exercício Atual	Exercício Anterior
1. Contrato do Governo	27.617	39.719
2. Eventuais	240	270
<b>Total Outros Recursos Correntes</b>	<b>27.857</b>	<b>39.989</b>

## 10 - EQUILÍBRIO TÉCNICO

A BANESES registrou em 2011 superávit acumulado de R\$ 16.097 (R\$ 3.859 em 2010), destinado a constituição da reserva de contingência, inferior a 25% das provisões matemáticas constituídas sob a forma de benefício definido.

**Jussara Gonçalves Vieira**  
Diretora Superintendente  
CPF: 474.853.707-82

**Fernando Valli Cardoso**  
Diretor de Investimentos  
CPF: 798.500.307-04

**Deosdete José Lorenção**  
Diretor de Seguridade  
CPF: 148.583.557-72

**Neusimar Nunes Gobbi**  
Contadora CRC ES 007791/0-5  
CPF: 621.678.987-20

## 6 - Pareceres

### 6.1 PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.  
Diretores e Conselheiros da  
FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL -  
BANESES  
VITÓRIA/ES

Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações das mutações do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos

selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES em 31 de dezembro de 2011 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Porto Alegre, 15 de fevereiro de 2012.

**EXACTO AUDITORIA S/S**  
CRC RS-001544/O-3 S-ES

**MARCELO SOUZA MARQUES DO COUTO**  
CONTADOR CRC RS-050671/O-2 S-ES

### 6.2 PARECER ATUARIAL

#### **Introdução**

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano II de Aposentadoria, administrado pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente às Patrocinadoras BANESES - Fundação Banestes de Seguridade Social, BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo (Patrocinador Instituidor), BANESES Clube, BANESTES Seguros e BANESTES Administradora e Corretora de Seguros Ltda. da Entidade em 31/12/2011.

#### **Posição do Patrimônio Social e dos Fundos**

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pela Banestes de Seguridade Social - BANESES, a composição das Provisões Matemáticas em 31/12/2011 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pela Banestes de Seguridade Social - BANESES, posicionados em 31/12/2011.

CONTA	NOME	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	1.178.038.803,52
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	1.158.814.106,43
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.142.716.650,48
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	820.972.369,19
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	0,00
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	820.972.369,19
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	723.413.926,33
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	97.558.442,86
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	321.744.281,29
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	287.547.166,71
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	125.659.665,27
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	161.887.501,44
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	0,00
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0,00
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	34.197.114,58
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	34.197.114,58
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	0,00
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	0,00
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos	0,00
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	0,00
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	16.097.455,95
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	16.097.455,95
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	16.097.455,95
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	16.097.455,95
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	0,00
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	19.224.697,09
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	3.420.473,67
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	3.420.473,67
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	0,00
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	0,00
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	15.804.223,42
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	0,00

Os valores das provisões matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano II de Aposentadoria vigente em 31/12/2011, Plano este que se encontra em manutenção.

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado, tendo se baseado na informação fornecida pela Banestes de Seguridade Social - BANESES.

Em relação à estruturação das Provisões observamos ainda o que se segue:

- No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e ao pecúlio por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e ao pecúlio por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos);
- A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos);

- As provisões referentes a futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e de pecúlio por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados);
- As provisões referentes a futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte e de pecúlio por morte do futuro inválido calculada para participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados);
- As provisões referentes a pensão por morte e pecúlio por morte de participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Observamos que o aumento no valor do superávit de R\$ 3.859.401,65, registrado em 31/12/2010, decorre de ganhos atuariais de origens diversas, equivalentes a 1,05% do Patrimônio Social para Cobertura do Plano. Conforme previsto no artigo 20 da Lei Complementar nº 109 de 29/05/2001, o resultado do Plano foi destinado à constituição da Reserva de Contingência, inferior a 25% das Provisões Matemáticas Constituídas sob a forma de Benefício Definido.

Os principais fatores que levaram à manutenção do Superávit/Déficit em 31/12/2011 foi a rentabilidade do

Plano no exercício de 2011 ter se mantido próxima a meta atuarial; sendo portanto de natureza conjuntural.

A Reserva de Contingência foi constituída conforme o disposto no parágrafo único do Artigo 7º na Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008.

O Fundo Previdencial em 31/12/2011, no valor total de R\$ 3.420.473,67, foi constituído com os recursos provenientes de recálculos de reservas individuais de benefícios concedidos, havidos por força de cancelamento de aposentadoria, cujos processos ainda aguardam decisão definitiva.

### Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

A seguir descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros <sup>(1)</sup>	6% a.a.
Projeção de crescimento real de salário <sup>(1)(2)</sup>	2% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS <sup>(1)</sup>	0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano <sup>(1)</sup>	Plano I - 2% .a.a. e Plano II - 0% a.a.
Fator de capacidade para os salários	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Hipótese sobre rotatividade <sup>(3)</sup>	3% até 40 anos e 1% entre 41 e 50 anos
Tábua de mortalidade geral <sup>(4)</sup>	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos <sup>(5)</sup>	AT-49
Tábua de entrada em invalidez <sup>(6)</sup>	Mercer Disability
Outras hipóteses biométricas utilizadas	Não Aplicável

<sup>(1)</sup> O indexador utilizado é o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas. Para os benefícios do Plano I oriundos da migração do Plano I para o Plano II o reajuste de benefícios não contempla o repasse integral do índice. Porém, metade do rendimento em excesso à meta atuarial é destinado ao reajuste destes benefícios conforme regulamento do Plano.

<sup>(2)</sup> A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pelas Patrocinadoras levando em consideração a expectativa de reajustes salariais de longo prazo.

<sup>(3)</sup> A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base em estudos elaborados a partir de informações históricas e expectativa futura das Patrocinadoras sobre admissões e desligamentos de Participantes do Plano.

<sup>(4)</sup> Foi utilizada a tábua AT-2000, segregada por sexo sem agravamentos.

<sup>(5)</sup> Foi utilizada a tábua AT-49, segregada por sexo sem agravamentos.

<sup>(6)</sup> A tábua Mercer Disability foi utilizada com 50% de agravamento linear em todas as idades.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pela(s) Patrocinadora(s) e por estudos específicos realizados em 27/12/2011, que tomaram como base a população existente no(s) Plano(s) administrado(s) pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES e também informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, conforme previsto no item 1.2 da Resolução CGPC nº 18/2006, encontra-se arquivado na Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES.

O método atuarial adotado foi o agregado para a avaliação de todos os benefícios do Plano II de Aposentadoria.

Informamos que não ocorreram alterações nas hipóteses atuariais e econômicas nem nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício de 2010.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano de Benefícios.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

### Plano de Custeio para o Exercício de 2012

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as Patrocinadoras e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano II de Aposentadoria com base nos seguintes níveis:

#### Patrocinadora

As Patrocinadoras deverão efetuar Contribuições Normais de acordo com os itens B.6.2.1 e Contribuição Extra de acordo com os itens B.2.18 (Contribuição Extra) do Regulamento do Plano:

- Contribuição Normal: Corresponde, em média, a 6,26% da folha dos Participantes Ativos;
- Contribuição Extra: 0,5% da folha dos Participantes Ativos.

As contribuições totais da Patrocinadora equivalem à taxa média estimada em 6,76% da folha de salário de participação (equivalente a R\$ 7.506.737,69 em 31/12/2011).

#### Participantes Ativos

Os Participantes ativos deverão efetuar Contribuições Básicas de acordo com os itens B.6.1.1 e B.6.3.1 e Contribuição Extra de acordo com o item B.2.18 do Regulamento do Plano:

- Contribuição Básica: Corresponde, em média, a 8,24% da folha dos Participantes Ativos;
- Contribuição Extra: 0,5% da folha dos Participantes Ativos.

As contribuições totais da Patrocinadora equivalem à taxa média estimada em 8,74% da folha de salário de participação (equivalente a R\$ 9.705.456,71 em 31/12/2011).

#### Participantes Autopatrocinados

Os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições (Básica e Extra), as contribuições que seriam feitas pela patrocinadora (Normal e Extra), caso não tivesse ocorrido o Término do Vínculo Empregatício, destinadas ao custeio de seus benefícios bem como da taxa de administração.

#### Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Os participantes em BPD deverão efetuar contribuições

para cobertura das despesas administrativas de 1% (0,5% referente à Contribuição Extra de Participante e 0,5% referente à Contribuição Extra de Patrocinadora) do Salário da data do desligamento, devidamente atualizado.

### Participantes Assistidos e Dependentes com benefício de Pensão por Morte

Os Participantes Assistidos deverão efetuar as seguintes contribuições:

- ▶ Sobre o benefício mensal errado por contribuições ao Plano II:
  - \* Contribuição Extra prevista no item B.2.18, no percentual de 0,5%.
- ▶ Sobre o benefício mensal definido no item B.11.25: — \* Contribuição de 5,2% do benefício.
- ▶ Sobre o benefício mensal definido no Capítulo B.11 (exceto os estipulados nos itens B.11.25 e B.11.25.1):
  - \* Contribuição Extra prevista no item B.2.18, no percentual de 0,5%;
  - \* Contribuição Específica apurada mediante aplicação da tabela seguinte, observandose, exceto nos casos de benefício de pensão e invalidez, o mínimo de 10% da suplementação.

### Tabela de Contribuições Sociais

MASSA MASCULINA INSCRITA ATÉ 21/01/1978		
Nível de Benefício R\$	Percentual %	Parcela a deduzir R\$
Até 1.358,92	2,85	-
De 1.358,93 a 2.717,84	4,75	25,82
De 2.717,85 a 8.153,52	17,10	361,47
Acima de 8.153,52	20,90	671,31

MASSA FEMININA INSCRITA ATÉ 21/01/1978		
Nível de Benefício R\$	Percentual %	Parcela a deduzir R\$
Até 1.358,92	3,00	-
De 1.358,93 a 2.717,84	5,00	27,18
De 2.717,85 a 8.153,52	18,00	380,50
Acima de 8.153,52	22,00	706,64

MASSA INSCRITA APÓS 21/01/1978		
Nível de Benefício R\$	Percentual %	Parcela a deduzir R\$
Até 1.358,92	2,55	-
De 1.358,93 a 2.717,84	4,25	23,10
De 2.717,85 a 8.153,52	15,30	323,42
Acima de 8.153,52	18,70	600,64

As faixas de contribuição previstas no plano de custeio serão corrigidas em setembro de cada ano pelo Fator de Reajuste Especial Anual.

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2012.

O custo para cobertura dos Benefícios de Risco (Morte e Invalidez) é nulo, uma vez que o valor presente desses benefícios já se encontra totalmente reconhecido na Provisão Matemática de Benefícios a Conceder. No entanto, é neces-

sária a sua reavaliação a cada exercício para verificar sua suficiência ou insuficiência em relação aos compromissos do Plano.

### Conclusão

Certificamos que o Plano II de Aposentadoria da BANESES está supera vitário, dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio e da realização das hipóteses atuariais para manter esta situação.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 2012.  
Mercer Human Resource Consulting Ltda.

### 6.3 PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL da FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 32 do Estatuto da entidade, e tendo em vista as disposições da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 08, de 31/10/2011, e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22/01/2010, examinou as Demonstrações Contábeis apresentadas pela Diretoria Executiva, referentes ao exercício findo em 31/12/2011.

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da BANESES, e considerando ainda o Parecer dos Atuários Externos e o Parecer dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2011.

Vitória (ES), 22 de março de 2012.

Antônio Carlos Sampaio - Presidente  
Katya Elvira Paste - Conselheira  
Marilene Bertoni - Conselheira

Maria Aparecida Gonçalves da Silva - Conselheira

### 6.4 PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Em reunião de 29 de março de 2012, o Conselho Deliberativo da Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES, no uso das competências de que tratou o Inciso VI do Art. 18 e Art. 40 do Estatuto da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis de 2011 apresentadas pela Diretoria Executiva e com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Parecer dos Auditores Independentes, no Parecer Atuarial, no Parecer do Conselho Fiscal e Notas Explicativas, conclui que as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, razão pela qual aprova os referidos relatórios relativos ao exercício de 2011.

Vitória (ES), 29 de março de 2012

Mônica Campos Torres - Presidente  
Celso Cláudio Simões - Conselheiro  
Jovenal Gera - Conselheiro  
Lúcio Carlos Faller Pereira - Conselheiro  
Sandro da Silva Martins - Conselheiro  
Tarcísio Ceotto Malheiros - Conselheiro

### Expediente



**Patrocinadores:** Banestes S/A - Banco do Estado do Espírito Santo, Banestes Seguros S/A, Banestes Administradora e Corretora de Seguros Ltda, Banestes Clube de Seguro e Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES. **Textos:** Áreas técnicas da BANESES. **Organização:** Assessoria de Comunicação. **Jornalista responsável:** Alcione Lobato (R.P. 365/86). **Projeto Gráfico e Editoração:** Comunicação Impressa (3319-9062).